# Sumário

## PARTE I
## PETIÇÃO INICIAL

**Capítulo 1 ► A causa de pedir no Novo Código de Processo Civil: necessidade de superação do mito da substanciação em prol de uma nova compreensão da demanda no processo civil brasileiro ..... 31**

*Otávio Augusto Dal Molin Domit*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS ..... 31
2. BREVE ACENO SOBRE O PROBLEMA DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA DEMANDA E DE SEU CONTEÚDO ..... 33
   2.1. A DEMANDA COMO TEMA CENTRAL NO PROCESSO CIVIL ..... 33
   2.2. O INÍCIO DA POLÊMICA SUBSTANCIAÇÃO VS. INDIVIDUALIZAÇÃO NA DOUTRINA ALEMÃ ..... 36
   2.3. A REPERCUSSÃO DA POLÊMICA SUBSTANCIAÇÃO VS. INDIVIDUALIZAÇÃO NA DOUTRINA ITALIANA ..... 38
3. A TUTELA DOS DIREITOS COMO FIM DO PROCESSO CIVIL NO ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E A NECESSIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA E DE SEU CONTEÚDO A PARTIR DO DIREITO MATERIAL ..... 44
4. A ***CAUSA PETENDI*** NO DIREITO BRASILEIRO: NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DO MITO DA SUBSTANCIAÇÃO EM PROL DA ESTRUTURAÇÃO E TRATAMENTO DO INSTITUTO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES ENTRE DIREITO E PROCESSO ..... 53
5. CONCLUSÃO ..... 63

**Capítulo 2 ► As inovações procedimentais da petição inicial no Novo Código de Processo Civil ..... 65**

*Bruno Regis Bandeira Ferreira Macedo*

1. BREVES NOÇÕES DE PROCESSO E SUA EFETIVIDADE ..... 65
2. DA PETIÇÃO INICIAL. PROVOCAÇÃO INICIAL ..... 67
   2.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DO CPF OU CNPJ E ENDEREÇO ELETRÔNICO ..... 68
   2.2. A ALTERAÇÃO NO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. POSSIBILIDADE DE AUDIÊNCIA ANTES DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA ..... 70
   2.3. A JUSTIFICATIVA DO JUIZ NA EMENDA DA INICIAL ..... 72
3. DO PEDIDO E SUAS ESPECIFICAÇÕES ..... 73
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 77
5. BIBLIOGRAFIA ..... 79

**Capítulo 3 ► Uma leitura do art. 330, §2º, do NCPC a partir da proporcionalidade pamprocessual ..... 81**
*Frederico Augusto Gomes*

1 INTRODUÇÃO ..... 81
2 PROCESSOS BANCÁRIOS E SOCIEDADE DE MASSAS ..... 82
3 A IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA CLÁUSULA CONTRATUAL BANCÁRIA: UMA LEITURA PARA ALÉM DO REQUISITO DA PETIÇÃO INICIAL ..... 86
4 ALGUMAS OBJEÇÕES CONHECIDAS ..... 90
4.1 O ARGUMENTO É EXCESSIVAMENTE FAVORÁVEL ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ..... 90
4.2 A IDEIA É "NEOLIBERAL" ..... 91
4.3 O ART. 330, §2º, DO CPC É TÃO SOMENTE UM REQUISITO DA PETIÇÃO INICIAL ..... 91
4.4 É INVIÁVEL OU INCONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DA COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO NÃO DEBATIDA NO PROCESSO ..... 91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 92

**Capítulo 4 ► A Especificação do Valor Incontroverso Como um Requisito da Petição Inicial no CPC de 2015: Novos e Velhos Problemas ..... 95**
*Oscar Valente Cardoso*
*Francielle Dolbert Camargo*

1. INTRODUÇÃO ..... 95
2. HISTÓRICO NORMATIVO ..... 96
3. O ART. 330, §§ 2º E 3º, DO NOVO CPC: NOVOS E VELHOS PROBLEMAS ..... 101
4. CONCLUSÕES ..... 106
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 106

**PARTE II**
**DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR**

**Capítulo 1 ► Breves reflexões sobre a prescrição no Código de Processo Civil De 2015 ..... 111**
*Venceslau Tavares Costa Filho*

1. DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DA PRESCRIÇÃO ..... 111
2. PRESCRIÇÃO E USUCAPIÃO ..... 116
3. PRESCRIÇÃO ***EX OFFICIO***? ..... 118
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: ..... 120

**Capítulo 2 ► As novidades do NCPC com relação à improcedência liminar do pedido (art. 285-A do CPC/73, atual art. 332 do NCPC) ..... 123**
*Frederico Augusto Leopoldino Koehler*

1. INTRODUÇÃO ..... 123
2. CONSTITUCIONALIDADE DA SENTENÇA LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA ..... 124
3. CITAÇÃO DO RÉU PARA RESPONDER AO RECURSO ..... 125
4. HIPÓTESES DE CABIMENTO ..... 126
5. COISA JULGADA ..... 128
6. PREVENÇÃO ..... 129
7. CONCLUSÃO ..... 130
8. BIBLIOGRAFIA ..... 131

**Capítulo 3 ► Reconhecimento jurídico do pedido pelo Poder Público: por uma interpretação *a contrario sensu* das hipóteses de improcedência liminar previstas no NCPC ..... 133**
*Marcelo Barbi Gonçalves*

1. INTRODUÇÃO ..... 133
2. CONTEÚDO DO INTERESSE PÚBLICO: DISPONIBILIDADE X INDISPONIBILIDADE ..... 134
3. O PODER PÚBLICO PODE RECONHECER A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO? ..... 138
4. ANÁLISE DOS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS ..... 144
5. O COMPORTAMENTO FAZENDÁRIO À LUZ DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO PROCESSUAL ..... 149
6. BIBLIOGRAFIA ..... 152

**Capítulo 4 ► O contraditório efetivo do autor versus a improcedência liminar do pedido (art. 332, § 1º, do CPC/2015) ..... 155**
*Márcio Oliveira Rocha*

1. DELIMITAÇÃO DO ***PAPER*** ..... 155
2. OS DISSABORES TEÓRICOS DA "IMPROCEDÊNCIA ***PRIMA FACIE***" DO ATUAL ART. 285-A E DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR PROPOSTA NO ART. 332, §1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 156
3. O CONTRADITÓRIO EFETIVO DO AUTOR DIANTE DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, PREVISTA NO ART. 332, §1º, DO CPC/2015 ..... 162
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 165
5. REFERÊNCIAS ..... 166

**PARTE III**
**AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO**

**Capítulo 1 ► Algumas observações sobre a obrigatoriedade da audiência de conciliação ou mediação no Novo CPC ..... 169**
*Sérgio Luiz de Almeida Ribeiro*
*Carolina Uzeda Libardoni*

1. INTRODUÇÃO ..... 169

2. O NOVO CPC E O ESTÍMULO PARA SOLUÇÃO CONSENSUAL DO CONFLITO ..... 171
3. DA OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO ..... 173
4. A ALEGAÇÃO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM COMO JUSTO MOTIVO PARA AUSÊNCIA À AUDIÊNCIA DESIGNADA ..... 177
5. DA DISPENSA DE ALEGAÇÃO EM PRELIMINAR QUANDO A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM SERVIR COMO JUSTIFICATIVA À AUSÊNCIA À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO ..... 179
6. CONCLUSÃO ..... 181

**Capítulo 2 ► Advocacia e meios consensuais: novas visões, novos ganhos ..... 183**
*Fernanda Tartuce*

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA DO TEMA ..... 183
2. CRISE, DESGASTES NA PRÁTICA ADVOCATÍCIA E PLURALIDADE DE ENTENDIMENTOS ..... 184
3. O ATENDIMENTO DO CLIENTE ANTE A NARRAÇÃO DO CONFLITO ..... 186
4. PENSAMENTO TRADICIONAL DOS ADVOGADOS E ADOÇÃO DE MEIOS CONSENSUAIS ..... 188
5. ATUAÇÃO DO ADVOGADO PARA APRESENTAR AS VANTAGENS DOS MEIOS CONSENSUAIS AO CLIENTE ..... 190
6. ATUAÇÃO DO ADVOGADO NOS MEIOS CONSENSUAIS ..... 193
   6.1. ATUAÇÃO ANTES DA SESSÃO CONSENSUAL ..... 193
   6.2. ATUAÇÃO DURANTE A SESSÃO CONSENSUAL ..... 194
7. PERCEPÇÃO DE HONORÁRIOS PELOS ADVOGADOS NOS MEIOS CONSENSUAIS ..... 196
8. CONCLUSÕES ..... 197
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 198

**PARTE IV**
**RESPOSTA DO RÉU**

**Capítulo 1 ► Da Contestação no novo Código de Processo Civil de 2015. Aspectos relevantes ..... 203**
*Ronaldo Kochem*

INTRODUÇÃO ..... 203
1. O PRAZO DE CONTESTAÇÃO E SEUS TERMOS INICIAIS ..... 205
2. A REGRA DA EVENTUALIDADE E AS PRELIMINARES ..... 210
3. O ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA ..... 216
4. A CLASSIFICAÇÃO DAS ALEGAÇÕES DO RÉU NA CONTESTAÇÃO ..... 217
CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 221

**Capítulo 2 ► A revelia no Novo Código de Processo Civil ..... 225**
*Cristiane Druve Tavares Fagundes*

1. INTRODUÇÃO: EXPECTATIVAS QUANTO AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 225
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS NORMAS CONCERNENTES À REVELIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 226
3. PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES DA NOVEL LEGISLAÇÃO ACERCA DA REVELIA ..... 226
3.1. CONCEITO ..... 226
3.2. FORMALIDADES DO ATO CITATÓRIO ..... 230
3.3. EFEITOS DA REVELIA ..... 231
3.3.1. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E PRODUÇÃO DE PROVAS ..... 231
3.3.2. OUTROS EFEITOS ..... 238
4. CONCLUSÕES ..... 239
5. BIBLIOGRAFIA ..... 240

## PARTE V
## SANEAMENTO DO PROCESSO, ESTABILIZAÇÃO DA DEMANDA E FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

**Capítulo 1 ► A Possibilidade de Realização da Audiência de Saneamento e Organização no Novo Código de Processo Civil Brasileiro ..... 243**
*Lúcio Grassi de Gouveia*

1. INTRODUÇÃO ..... 243
2. DO SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO NO CPC/1973 E NO CPC/2015 ..... 244
3. A IMPORTÂNCIA DA AUDIÊNCIA DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ..... 248
4. A PREVISÃO DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO PELO CPC/2015 ..... 253
5.CONCLUSÕES ..... 255
REFERÊNCIAS ..... 256

**Capítulo 2 ► O saneamento consensual ..... 259**
*Júlia Lipiani*
*Marília Siqueira*

1. INTRODUÇÃO ..... 259
2. O PRINCÍPIO DO RESPEITO AO AUTORREGRAMENTO DA VONTADE X PODERES DO JUIZ ..... 261
3. OS REQUISITOS DE VALIDADE DO SANEAMENTO CONSENSUAL ..... 266
4. CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO SANEAMENTO CONSENSUAL: NECESSIDADADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. ..... 270
5. BREVE COMPARAÇÃO COM A ARBITRAGEM. ..... 275
6. CONCLUSÃO ..... 277
7. BIBLIOGRAFIA ..... 280

**Capítulo 3 ► O agir comunicativo em J. Habermas como premissa para a compreensão do saneamento e organização do processo no CPC/15 ..... 283**
*Rafael Calmon Rangel*

1. INTRODUÇÃO ..... 283
2. O CARÁTER IMANENTE DO DIREITO DE SER OUVIDO E INFLUENCIAR NA DECISÃO JUDICIAL ..... 285
3. O AGIR COMUNICATIVO EM JÜRGEN HABERMAS ..... 287
4. TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO ENTRE A TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO E AS ATIVIDADES SANEADORAS E ORGANIZATÓRIAS DO PROCESSO ..... 291
5. CONCLUSÃO ..... 295
6. REFERÊNCIAS ..... 296

**Capítulo 4 ► A Estabilização da Demanda no Novo CPC: Uma Oportunidade Perdida? ..... 299**
*Andre Vasconcelos Roque*

1. ASPECTOS GERAIS SOBRE O TEMA ..... 299
2. A ESTABILIZAÇÃO DA DEMANDA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ..... 303
3. A TORRE DE BABEL NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO NA VIGÊNCIA DO CPC DE 1973 ..... 309
4. A PROPOSTA ORIGINAL DO ANTEPROJETO ..... 317
5. O GIRO DE 360 GRAUS: VOLTANDO PARA O MESMO LUGAR ..... 323
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 326
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 328

**Capítulo 5 ► Algumas notas sobre a formação, suspensão e extinção do processo no Novo Código de Processo Civil ..... 333**
*Mirna Cianci*

1. FORMAÇÃO DO PROCESSO ..... 333
2. SUSPENSÃO DO PROCESSO ..... 338
3. EXTINÇÃO DO PROCESSO ..... 349
4. OBRAS CONSULTADAS ..... 350

**PARTE VI**
**JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO**

**Capítulo 1 ► Do julgamento antecipado parcial do mérito: primeira abordagem do tema no novo CPC ..... 355**
*Deocleciano Otávio Neto*
*Mateus Costa Pereira*
*Pedro Spíndola Bezerra Alves*

1. INTRODUÇÃO ..... 355

2. A "OPÇÃO" DO LEGISLADOR DE 2002: ANTECIPAÇÃO DE TUTELA OU RESOLUÇÃO PARCIAL DA LIDE? ..... 356

3. "TUTELA DA EVIDÊNCIA" X RESOLUÇÃO FRACIONADA DO MÉRITO ..... 359

4. JULGAMENTO TOTAL E PARCIAL DO MÉRITO: NOTAS DISTINTIVAS, IMPORTÂNCIA DO FRACIONAMENTO E DISCIPLINA RECURSAL ..... 361

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 364

**Capítulo 2 ► Resolução parcial e progressiva de mérito – fracionamento em busca da brevidade e efetividade ..... 367**
*Orlando Augusto Carnevali*

1. INTRODUÇÃO ..... 367

2. DA CUMULAÇÃO E DESACUMULAÇÃO DE DEMANDAS ..... 369

3. A RESOLUÇÃO PARCIAL DE MÉRITO ..... 373

3.1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CISÃO DO JULGAMENTO ..... 373

3.2. UTILIDADE DO JULGAMENTO PARCIAL COMO FORMA DE ABREVIAR O TEMPO DO PROCESSO. 377

4. OS PROVIMENTOS JUDICIAIS QUE POSSIBILITAM O FRACIONAMENTO DE MÉRITO ..... 379

4.1. O JULGAMENTO DO PEDIDO INCONTROVERSO ..... 380

4.1.1. O §6º DO ART. 273 DO CPC ..... 380

4.1.2. DO PEDIDO INCONTROVERSO ..... 381

4.1.3. DA COGNIÇÃO EXERCIDA, DEFINITIVIDADE E OUTRAS CARACTERÍSTICAS DO PROVIMENTO ..... 382

4.2. A SENTENÇA PARCIAL ..... 384

4.2.1. A SENTENÇA PRÉ E PÓS LEI Nº 11.232/2005 ..... 384

4.2.2. A SENTENÇA PARCIAL DE MÉRITO ..... 386

4.2.3. A SENTENÇA PARCIAL TERMINATIVA ..... 388

4.2.4. COMPREENSÃO DO ART. 273, §6º, DO CPC: SENTENÇA PARCIAL X DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO ..... 390

4.2.5. O RECURSO CABÍVEL DA SENTENÇA PARCIAL ..... 391

5. RESOLUÇÃO FRACIONADA DE MÉRITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105/2015 394

6. CONCLUSÃO ..... 397

7. REFERÊNCIAS ..... 400

**Capítulo 3 ► O Julgamento Antecipado Parcial do Mérito no Novo Código de Processo Civil Brasileiro ..... 403**
*Thiago Ferreira Siqueira*

1. INTRODUÇÃO: O ART. 356 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 404

2. O MÉRITO E SEU JULGAMENTO NA ESTRUTURA DO PROCESSO CIVIL DE CONHECIMENTO ..... 404

3. A FRAGMENTAÇÃO DO ***MERITUM CAUSAE*** E DE SEU JULGAMENTO ..... 407

4. O ESTADO DA QUESTÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ..... 408

4.1. O CÓDIGO DE 1973 EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL ..... 409
4.1.1. ALGUMAS INCOERÊNCIAS DO SISTEMA ..... 412
4.2. O § 6º DO ART. 273 DO CPC ..... 413
5. O "JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO" NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 417
5.1. NATUREZA JURÍDICA: RESOLUÇÃO DO MÉRITO (CAPUT - "O JUIZ DECIDIRÁ PARCIALMENTE O MÉRITO") ..... 418
5.2. REQUISITOS PARA A INCIDÊNCIA DO DISPOSITIVO ..... 420
5.2.1. REQUISITOS: OBJETO DO PROCESSO DIVISÍVEL (CAPUT - "QUANDO UM OU MAIS DOS PEDIDOS FORMULADOS OU PARCELA DELES") ..... 420
5.2.2. REQUISITOS: INCONTROVÉRSIA PARCIAL (INCISO I – "MOSTRAR-SE INCONTROVERSO") ..... 422
5.2.3. REQUISITOS: CONDIÇÕES DE JULGAMENTO (INCISO II – "ESTIVER EM CONDIÇÕES DE IMEDIATO JULGAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 355") ..... 426
5.3. CONSEQUÊNCIAS PARA O SISTEMA PROCESSUAL ..... 426
5.3.1. CONSEQUÊNCIAS: CORRELAÇÃO ENTRE DEMANDA E DECISÃO (§ 1º - "A DECISÃO QUE JULGAR PARCIALMENTE O MÉRITO PODERÁ RECONHECER A EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO LÍQUIDA OU ILÍQUIDA") ..... 426
5.3.2. CONSEQUÊNCIAS: EXECUÇÃO OU LIQUIDAÇÃO IMEDIATA (§ 2º - A PARTE PODERÁ LIQUIDAR OU EXECUTAR, DESDE LOGO, A OBRIGAÇÃO RECONHECIDA NA DECISÃO QUE JULGAR PARCIALMENTE O MÉRITO) ..... 427
5.3.3. CONSEQUÊNCIAS: COISA JULGADA PARCIAL E AÇÃO RESCISÓRIA (§ 3º - [...] SE HOUVER TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO, A EXECUÇÃO SERÁ DEFINITIVA.) ..... 430
5.3.4. CONSEQUÊNCIAS: CLASSIFICAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS E RECORRIBILIDADE (§5º - "A DECISÃO PROFERIDA COM BASE NESTE ARTIGO É IMPUGNÁVEL POR AGRAVO DE INSTRUMENTO") ..... 434
6. CONVENIÊNCIA E LIMITES DA TÉCNICA DA FRAGMENTAÇÃO DO JULGAMENTO DO MÉRITO ..... 437
7. CONCLUSÃO ..... 443

## PARTE VII
## DECISÃO JUDICIAL E COISA JULGADA

**Capítulo 1 ► Contornos da fundamentação no Novo CPC ..... 447**
*Beclaute Oliveira Silva*

1. INTRODUÇÃO ..... 447
2. FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL ..... 448
3. FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL, CONCEITO JURÍDICO INDETERMINADO? ..... 450
4. O LEGISLADOR E A CONCREÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO ..... 452
4.1. (IN)COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PARA DEFINIR ABSTRATAMENTE DECISÃO NÃO FUNDAMENTADA ..... 453
4.2. ROL DO ART. 489, §1º, DO NOVO CPC (EXEMPLIFICATIVO OU TAXATIVO?) ..... 455
5. ANÁLISE DO ART. 489, §1º, DO NOVO CPC ..... 456
5.1. HIPÓTESE DO ART. 489, §1º, I, DO NOVO CPC ..... 456

5.2. HIPÓTESE DO ART. 489, §1º, II, DO NOVO CPC ..... 457
5.3. HIPÓTESE DO ART. 489, §1º, III, DO NOVO CPC ..... 457
5.4. HIPÓTESE DO ART. 489, §1º, IV, DO NOVO CPC ..... 458
5.5. HIPÓTESE DO ART. 489, §1º, V, DO NOVO CPC ..... 458
5.6. HIPÓTESE DO ART. 489, §1º, VI, DO NOVO CPC ..... 459
6. CONCLUSÃO? ..... 460
7. REFERÊNCIAS ..... 461

**Capítulo 2 ► O dever de motivação em questões de fato e de direito como garantia do jurisdicionado no Novo CPC: breves notas sobre os aportes da teoria do direito para a constitucionalização do processo civil ..... 463**
*Daniel Giotti*

1. INTRODUÇÃO ..... 463
2. AS NARRATIVAS DA REALIDADE COMO CONSTRUÇÕES, OS ARGUMENTOS EM TORNO A FATOS E O DEVER DE ANÁLISE PELO JULGADOR ..... 465
3. AS NORMAS JURÍDICAS APLICÁVEIS AO CASO E O DEVER DE SUA REVELAÇÃO/MOTIVAÇÃO PELO JULGADOR ..... 468
4. UM JUIZ ATENTO AOS ARGUMENTOS... E AOS LIMITES DO DIREITO ..... 475
5. BIBLIOGRAFIA ..... 476

**Capítulo 3 ► A fundamentação das decisões judiciais e o Novo Código de Processo Civil: uma mudança profunda ..... 477**
*Fábio Luís Pereira de Souza*

1. INTRODUÇÃO ..... 477
2. BREVE SÍNTESE HISTÓRICA ..... 479
3. A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO CPC/1973 ..... 480
4. A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 486
4.1. O §1º DO ART. 489 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 486
4.2. AS HIPÓTESES DE DECISÃO NÃO FUNDAMENTADA PREVISTAS NO §1º DO ART. 489 ..... 487
4.2.1. MERA INDICAÇÃO, REPRODUÇÃO OU PARÁFRASE DE ATO NORMATIVO ..... 487
4.2.2. O EMPREGO DE CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS ..... 488
4.2.3. A DECISÃO GENÉRICA ..... 488
4.2.4. OS ARGUMENTOS CAPAZES DE, EM TESE, INFIRMAR A DECISÃO DO JULGADOR ..... 489
4.2.5. A INVOCAÇÃO DE PRECEDENTE OU ENUNCIADO DE SÚMULA ..... 490
4.2.6. O NÃO SEGUIMENTO DE SÚMULA, JURISPRUDÊNCIA OU PRECEDENTE INVOCADO PELA PARTE ..... 491
4.3. OS §§2º E 3º DO ART. 489 DO NOVO CPC ..... 493
4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 494

5. CONCLUSÃO ..... 495
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 496

**Capítulo 4 ► Os Efeitos da Sentença no Novo Código de Processo Civil.. 499**
*Francisco Barros Dias*

1. – INTRODUÇÃO ..... 499
2. – QUESTÃO TERMINOLÓGICA – IDENTIDADE OU DISTINÇÃO ENTRE EFICÁCIA E EFEITO. ..... 501
3. – O SIGNIFICADO DAS EXPRESSÕES EFICÁCIA E EFEITOS DA SENTENÇA. ..... 502
3.1 – UMA BREVE ANÁLISE DE EFICÁCIA E EFEITO NO CAMPO DA TEORIA GERAL DO DIREITO. .... 502
3.2 – EFICÁCIA E EFEITOS NO CAMPO PROCESSUAL. ..... 503
4. – CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA. ..... 506
5. – O QUE REPRESENTA OS EFEITOS DA SENTENÇA NO CAMPO PRÁTICO E A IMPORTÂNCIA QUE ADQUIRE NO PROCESSO NOS DIAS DE HOJE. ..... 509
6. - OS EFEITOS DA SENTENÇA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ..... 512
7 - CONCLUSÕES ..... 517
8. - BIBLIOGRAFIA. ..... 518

**Capítulo 5 ► A fundamentação das decisões judiciais no NCPC e o resgate da categoria jurídica da incidência..... 521**
*Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Júnior*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS ..... 521
2. DO NECESSÁRIO RESGATE DA TEORIA DA INCIDÊNCIA..... 526
3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO ..... 537
4. DA FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA INSTITUÍDA PELO NCPC ..... 542
5. CONCLUSÕES..... 548

**Capítulo 6 ► A interpretação da sentença judicial no processo civil..... 551**
*Clóvis Juarez Kemmerich*

1. INTRODUÇÃO..... 551
2. O OBJETIVO DA INTERPRETAÇÃO DA SENTENÇA JUDICIAL ..... 553
2.1. O TEXTUALISMO ..... 558
2.2. A BUSCA DA INTENTIO OPERIS..... 559
2.3. A REALIDADE DA INTENTIO LECTORIS ..... 560
2.4. A BUSCA DA INTENÇÃO DO JUIZ EXTERIORIZADA NA SENTENÇA ..... 563
3. ESTRATÉGIAS PARA INTERPRETAÇÃO ..... 569
3.1. A LEITURA NO CONTEXTO ..... 570
3.2. A LEITURA NO SENTIDO USUAL: VOCABULÁRIO, GRAMÁTICA E LÓGICA..... 574
3.3. O PRINCÍPIO DA CARIDADE ..... 577
4. ASPECTOS PROCESSUAIS DA INTERPRETAÇÃO DA SENTENÇA ..... 580

5. CONCLUSÕES ..... 586
6. REFERÊNCIAS ..... 587

**Capítulo 7 ► Fundamentando decisões com outras decisões ..... 593**
*Leonard Ziesemer Schmitz*

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS – CULTURA DE PRECEDENTES, OU CULTURA DE EMENTAS? ..... 593
2. ORIGENS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA PADRONIZAÇÃO DECISÓRIA ..... 597
3. EQUÍVOCOS NA TROPICALIZAÇÃO DA DOUTRINA DE PRECEDENTES ..... 599
4. O PROBLEMA DAS DECISÕES QUE JÁ "NASCEM COMO PRECEDENTES" ..... 601
5. PREMISSAS PARA COMPREENDER E UTILIZAR OS "PRECEDENTES" ..... 604
   5.1. A DECISÃO JUDICIAL NÃO É FRUTO DE UM EXERCÍCIO DE SILOGISMO ..... 604
   5.2. PRECEDENTES SÃO TEXTOS, E DEVEM SER INTERPRETADOS ..... 606
   5.3. O PRECEDENTE É UM PONTO DE PARTIDA ..... 609
6. A FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA NA UTILIZAÇÃO DE "PRECEDENTES" ..... 611
   6.1. OS PROBLEMAS DA MÁ-FUNDAMENTAÇÃO – O USO ESTRATÉGICO DA JURISDIÇÃO ..... 612
   6.2. O QUE É FUNDAMENTAR COM BASE EM PRECEDENTES? ..... 614
7. CONCLUSÕES – A UTILIZAÇÃO CONSCIENTE DOS PRECEDENTES JUDICIAIS ..... 616
8. BIBLIOGRAFIA ..... 618

**Capítulo 8 ► Sentença no Novo CPC ..... 621**
*Rennan Faria Krüger Thamay*
*Vinícius Ferreira De Andrade*

1. ASPECTOS INICIAIS ..... 621
2. SENTENÇA NO NOVO CPC ..... 622
3. APONTAMENTOS SOBRE AS ESPÉCIES DE SENTENÇAS ..... 624
4. SENTENÇA: DESTINATÁRIOS, EFICÁCIAS E EFEITOS. ..... 629
5. ELEMENTOS DA SENTENÇA ..... 630
6. SENTENÇA E O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO ..... 633

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 637

**Capítulo 9 ► A Extinção do Processo sem Julgamento de Mérito e a Produção de Efeitos Favoráveis às Partes no Novo Código de Processo Civil ..... 639**
*Frederico Augusto Leopoldino Koehler*

1. INTRODUÇÃO ..... 639
2. EFEITOS BENÉFICOS DA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO PARA O AUTOR ..... 640
3. EFEITOS BENÉFICOS DA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO PARA O RÉU: PEREMPÇÃO, COISA JULGADA FORMAL E O CASO ESPECIAL DA AÇÃO CONSIGNATÓRIA ..... 642

3.1. O LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS PECUNIÁRIOS NA AÇÃO CONSIGNATÓRIA E O ARTIGO 545, PARÁGRAFO 1º, DO NCPC ..... 643
3.2. EFEITOS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO CONSIGNATÓRIA ..... 645
3.3. NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA E DO DEPÓSITO PECUNIÁRIO NA AÇÃO CONSIGNATÓRIA . 646
4. CONCLUSÃO ..... 656
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 656

**Capítulo 10 ► Hipoteca judiciária: breves noções e sua nova roupagem segundo o Novo Código de Processo Civil ..... 659**
*Rodrigo Mazzei*
*Lucas Fernando Dummer Serpa*

1. UMA ABORDAGEM INICIAL ..... 659
2. A NATUREZA JURÍDICA DA HIPOTECA JUDICIÁRIA ..... 662
2.1. DIREITO DE NATUREZA PROCESSUAL? ..... 663
2.2. DIREITO DE NATUREZA MATERIAL? ..... 663
2.3. HIPOTECA JUDICIÁRIA COMO DIREITO DE NATUREZA BIFRONTE ..... 665
3. HIPOTECA JUDICIÁRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 668
4. BIBLIOGRAFIA ..... 677

**Capítulo 11 ► A força da sentença influencia na fixação dos honorários de sucumbência? ..... 681**
*Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva*
*Marcello Trindade Paulo*

1. INTRODUÇÃO ..... 681
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS ..... 682
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA: SISTEMÁTICA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ..... 687
4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SENTENÇA DECLARATÓRIA APÓS A EDIÇÃO DA LEI Nº 11.232/05 ..... 688
5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SENTENÇA DECLARATÓRIA ANTES DA EDIÇÃO DA LEI Nº 11.232/05 ..... 690
6. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SENTENÇA DECLARATÓRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 694
7. CONCLUSÕES ..... 695
8. REFERÊNCIAS ..... 696

**Capítulo 12 ► Limites objetivos da coisa julgada no Novo Código de Processo Civil Brasileiro ..... 697**
*Alexandre Freitas Câmara*

**Capítulo 13 ► Coisa julgada nas relações tributárias sucessivas e a mudança do Estado de Direito decorrente do precedente do STF ..... 707**
*Antonio Carlos F. de Souza Júnior*

1. INTRODUÇÃO ..... 707
2. COISA JULGADA NAS RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS CONTINUATIVAS ..... 708
   2.1. ENUNCIADO Nº 239 DA SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ..... 711
3. A DECISÃO DO STF COMO MUDANÇA DO ESTADO DE DIREITO ..... 714
4. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 505, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 ..... 718
5. CONCLUSÃO ..... 721

**Capítulo 14 ► Coisa Julgada e o Momento de sua Configuração ..... 723**
*Gelson Amaro de Souza*

INTRODUÇÃO ..... 723
1. CONCEITO DE COISA JULGADA ..... 724
2. NORMA DO ART. 467, DO CPC. ..... 727
3. SENTENÇAS QUE NÃO PASSAM FORMALMENTE EM JULGADO ..... 728
   3.1. DEPENDENTE DE REMESSA NECESSÁRIA ..... 728
   3.2. RECURSO CONHECIDO ..... 729
4. SENTENÇAS QUE NÃO PASSAM MATERIALMENTE EM JULGADO ..... 731
   4.1. SENTENÇA INCONSTITUCIONAL ..... 731
   4.2. FALTA DE CONDIÇÕES DA AÇÃO ..... 735
   4.3. FALTA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL ..... 735
   4.4. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA ..... 737
      4.4.1. IMPROCEDÊNCIA POR FALTA DE PROVA ..... 739
   4.5. PROCESSOS CONEXOS ..... 742
5. IMPOSSIBILIDADE DE RECURSO E A MODIFICAÇÃO DO JULGADO ..... 742
   5.1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA ..... 743
   5.2. PRECLUSÃO TEMPORAL ..... 743
   5.3. REMESSA NECESSÁRIA ..... 744
   5.4. RECURSO COM EFEITO TRANSLATIVO ..... 744
6. MOMENTO DO TRÂNSITO EM JULGADO ..... 745
   6.1. IMPOSSIBILIDADE DE COISA JULGADA SOMENTE PARA UMA DAS PARTES ..... 746
7. O SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO ..... 748
BIBLIOGRAFIA ..... 749

**Capítulo 15 ► Limites Objetivos Da Coisa Julgada No CPC/2015 E O Fantasma Da Simplificação Desintegradora ..... 753**
*Daniel Guimarães Zveibil*

1. REFORMAS PROCESSUAIS E O TEXTO DO CPC/2015 EM MATÉRIA DE LIMITES DA COISA JULGADA: DE 1939 A 2015. ..... 753
2. QUESTÕES PREJUDICIAIS E INCIDÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL NO CPC/2015: MÉRITOS E LIMITAÇÕES. ..... 756
   2.1. PROCEDÊNCIA DO ARGUMENTO DA "ECONOMIA PROCESSUAL" ..... 756
   2.2. PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL ***VS.*** SIMPLICAÇÕES DESINTEGRADORAS: CAUTELA NECESSÁRIA. ..... 757
   2.3 PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL ***VS.*** SIMPLIFICAÇÕES DESINTEGRADORAS: PEQUENA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO NORTE-AMERICANA QUANTO AO ***COLLATERAL ESTOPPEL*** (OU ***ISSUE PRECLUSION***) ..... 759
   2.4 PRINCÍPIOS DISPOSITIVO ***VS.*** INQUISITIVO: RUPTURA ENTRE 1973 E 2015? ..... 761
   2.5 MODELO COOPERATIVO DO CPC/2015: O FATOR ***CONTRADITÓRIO PRÉVIO E EFETIVO*** EQUILIBRANDO A RELAÇÃO PROCESSUAL. ..... 762
   2.6 O PAPEL FUNDAMENTAL QUE O DESPACHO SANEADOR PODE EXERCER NA AMPLIAÇÃO DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA; COMPETÊNCIA PARA RECONHECIMENTO DA COISA JULGADA EM QUESTÃO PREJUDICIAL. ..... 766
   2.7 OS RISCOS ADVINDOS DA ABERTURA TOTAL DE MATÉRIAS A SUPORTAREM A AMPLIAÇÃO OBJETIVA DA COISA JULGADA: NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO. ..... 768
   2.8 APLICAÇÃO DO NOVEL INSTITUTO E O PRINCÍPIO HEDONISTA. ..... 769
   2.9 DEPENDÊNCIA DA RESOLUÇÃO DA QUESTÃO PREJUDICIAL PARA O JULGAMENTO DE MÉRITO. . 772
   2.10. COMO INTERPRETARMOS O § 2.º DO ART. 503 DO CPC/2015? ..... 774
3. LIMITAÇÕES DO INSTITUTO QUE DEVEM SER RESPEITADAS; O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO COMO PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO PÚBLICO. ..... 775
4. BIBLIOGRAFIA. ..... 777

**Capítulo 16 ► A Coisa julgada formal no novo Código de Processo Civil 779**
*Luiz Eduardo Ribeiro Mourão*

1. CONCEITO DE COISA JULGADA ..... 779
2. FINALIDADE DA COISA JULGADA ..... 780
3. ESPÉCIES DE COISA JULGADA ..... 780
4. A COISA JULGADA FORMAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 782

**Capítulo 17 ► Extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental no Novo Código de Processo Civil Brasileiro ..... 783**
*Fredie Didier Jr.*

1. INTRODUÇÃO ..... 783
2. QUESTÃO PRINCIPAL E QUESTÃO INCIDENTAL ..... 784

3. CONCEITO DE QUESTÃO PREJUDICIAL ..... 784
4. QUESTÃO PREJUDICIAL EXPRESSA E INCIDENTALMENTE DECIDIDA ..... 786
5. QUESTÃO PREJUDICIAL INCIDENTAL EXPRESSAMENTE DECIDIDA E EFEITO DEVOLUTIVO DO RECURSO 787
6. DOIS REGIMES JURÍDICOS DISTINTOS DE COISA JULGADA: COISA JULGADA RELATIVA À SOLUÇÃO DA QUESTÃO PRINCIPAL E COISA JULGADA RELATIVA À SOLUÇÃO DA QUESTÃO PREJUDICIAL INCIDENTAL ..... 788
6.1. IMPEDIMENTOS À EXTENSÃO DA COISA JULGADA À RESOLUÇÃO DA QUESTÃO PREJUDICIAL INCIDENTAL ..... 788
6.1.1. OBJEÇÃO DE IMPERTINÊNCIA ..... 788
6.1.2. OBJEÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO ..... 789
6.1.3. OBJEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ..... 789
6.1.4. OBJEÇÃO DE COGNIÇÃO INSUFICIENTE ..... 790
6.2. ALEGAÇÃO DAS OBJEÇÕES À EXTENSÃO DA COISA JULGADA À PREJUDICIAL INCIDENTAL ..... 790
6.3. INSTRUMENTO PARA O CONTROLE DA COISA JULGADA RELATIVA À PREJUDICIAL INCIDENTAL 791
6.4. QUESTÃO PREJUDICIAL PRINCIPAL ..... 791
6.5. A SOBREVIVÊNCIA DA AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL. ..... 791
6.6. AÇÃO DECLARATÓRIA AUTÔNOMA ..... 792
6.7. DIREITO TRANSITÓRIO. ..... 793

**Capítulo 18 ► A duração razoável do processo e o fenômeno da coisa julgada no Novo Código de Processo Civil ..... 795**
*José Henrique Mouta Araújo*

1. DELIMITAÇÃO DO TEMA: A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E O NOVO CPC ..... 795
2. O NOVO CPC, A REVISÃO CONCEITUAL DA COISA JULGADA E O FENÔMENO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO ..... 798
3. CONCLUSÕES ..... 812
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 815

**Capítulo 19 ► Da coisa julgada no Novo Código de Processo Civil (L. 13.105/2015): Conceito e limites objetivos ..... 819**
*Luiz Dellore*

1. INTRODUÇÃO ..... 819
2. DO CONCEITO DE COISA JULGADA ..... 820
3. DO CONCEITO DE COISA JULGADA NO NCPC: OPORTUNIDADE PERDIDA ..... 822
4. DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA: MODIFICAÇÃO NO NCPC E TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA . 823
4.1. POSIÇÕES FAVORÁVEIS À INOVAÇÃO ..... 826
4.2. POSIÇÕES DESFAVORÁVEIS À INOVAÇÃO ..... 829
4.3 DÚVIDAS EM RELAÇÃO AO NOVO SISTEMA ..... 834
5. CONCLUSÕES ..... 836
6. BIBLIOGRAFIA ..... 836

**Capítulo 20 ► A nova coisa julgada formal e o CPC/2015 ..... 839**
*Ravi Peixoto*

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS ACERCA DA COISA JULGADA ..... 839
2. COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL – VISÃO CLÁSSICA DO INSTITUTO À LUZ DO CPC/1973 ..... 841
3. CRÍTICAS AO CONCEITO CLÁSSICO DE COISA JULGADA FORMAL – A REGULAÇÃO DO CPC/1973 ..... 843
4. A COISA JULGADA FORMAL NO CPC/2015 ..... 845
   4.1. EM SUMA, A PROPOSTA DE DIFERENCIAÇÃO DE CONCEITOS ..... 848
5. CONCLUSÃO ..... 849

**Capítulo 21 ► A coisa julgada no Novo Código de Processo Civil ..... 851**
*Rennan Faria Krüger Thamay*
*Rafael Ribeiro Rodrigues*

1. A COISA JULGADA ..... 851
2. A COISA JULGADA NO CPC/73 ..... 860
3. A COISA JULGADA NO CPC/2015 ..... 869
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 873
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 874

**Capítulo 22 ► Um Novo Código de Processo Civil, Uma Nova Coisa Julgada ..... 879**
*Rogério Rudiniki Neto*
*Viviane Lemes da Rosa*

1. INTRODUÇÃO ..... 879
2. AS MODIFICAÇÕES REALIZADAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM RELAÇÃO À COISA JULGADA ..... 881
3. O DESAFIO DA COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL ..... 884
   3.1 OS PRESSUPOSTOS DE INCIDÊNCIA ..... 884
   3.2 A QUESTÃO PREJUDICIAL E A ARGUIÇÃO INCIDENTAL DE FALSIDADE DOCUMENTAL ..... 891
   3.3 O CABIMENTO DE RECURSO DO VENCEDOR CONTRA A QUESTÃO PREJUDICIAL DECIDIDA EM SEU DESFAVOR ..... 893
4. CONTRATUALIZAÇÃO DA COISA JULGADA ..... 896
5. CONCLUSÕES ..... 903
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 905

**PARTE VIII**
**PRECEDENTES JUDICIAIS**

**Capítulo 1 ► Precedentes no CPC-2015: por uma compreensão constitucionalmente adequada de seu uso no Brasil ..... 909**
*Dierle Nunes*
*Alexandre Melo Franco Bahia*

1. CONSIDERAÇOES INICIAIS ..... 909
2. FUNÇÃO DOS TRIBUNAIS E PADRONIZAÇÃO DECISÓRIA ..... 919
3. CONTRADITÓRIO E PRECEDENTES ..... 922
4. NECESSIDADE DE UMA TEORIA DOS PRECEDENTES PARA O BRASIL ..... 931
5. PROBLEMAS EM SE DESCOBRIR O QUE FOI REALMENTE JULGADO E PADRONIZADO ..... 934
6. DO USO DOS PRECEDENTES E DA ***SUPERAÇÃO E DISTINÇÃO*** NO NOVO CPC ..... 944
7. PROVOCAÇÕES FINAIS ..... 946

**Capítulo 2 ► Os precedentes e o dever de motivação no Novo Código de Processo Civil ..... 949**
*Eduardo Cambi*
*Renê Francisco Hellman*

1. INTRODUÇÃO ..... 949
2. PLANO CONCEITUAL: COMPREENSÃO DOS INSTITUTOS ..... 950
3. O REGRAMENTO DOS PRECEDENTES NO NCPC ..... 953
4. O DEVER DE MOTIVAÇÃO NO NCPC ..... 962
5. CONCLUSÃO ..... 971
6. REFERÊNCIAS ..... 972

**Capítulo 3 ► A Disciplina dos Precedentes Judiciais no Direito Brasileiro: do Anteprojeto ao Código de Processo Civil ..... 975**
*Lucas Buril de Macêdo*

1. INTRODUÇÃO ..... 975
2. NOÇÕES BÁSICAS DE TEORIA DOS PRECEDENTES ..... 977
3. ANÁLISE COMPARATIVA DA DISCIPLINA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NOS PROJETOS DE CPC E NO CPC/2015 ..... 983
   3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS ..... 983
   3.2. PRECEDENTES JUDICIAIS NO ANTEPROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 983
   3.3. PRECEDENTES JUDICIAIS NO PL 166/2010 (VERSÃO SENADO FEDERAL) ..... 985
   3.4. PRECEDENTES JUDICIAIS NO PL 8.046/2010 (VERSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS) ..... 985
   3.5. PRECEDENTES JUDICIAIS NA LEI 13.105 DE 16 DE MARÇO DE 2015 ..... 987
4. ANÁLISE DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES JUDICIAIS: O CPC/2015 ..... 988
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES ..... 1005

**Capítulo 4 ► Noções fundamentais para o julgamento por aplicação do precedente judicial: necessidade de adaptação a partir do Novo Código de Processo Civil ..... 1007**
*Marília Siqueira*

1. INTRODUÇÃO ..... 1007

2. PRECEDENTE, JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA: O CONCEITO DE NORMA JURISPRUDENCIAL..... 1009
3. ELEMENTOS DO PRECEDENTE JUDICIAL ..... 1014
3.1. ***RATIO DECIDENDI*** ..... ***1014***
3.2. ***OBITER DICTUM*** ..... ***1018***
4. A TÉCNICA DA DISTINÇÃO: ***DISTINGUISHING*** ..... 1022
5. A SUPERAÇÃO DO PRECEDENTE: ***OVERRULING*** ..... ***1026***
5.1. CONCEITO E FINALIDADE ..... 1026
5.2. HIPÓTESES AUTORIZADORAS DO *OVERRULING* ..... 1028
5.3. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA ..... 1030
5.4. ***PROSPECTIVE OVERRULING E RETROSPECTIVE OVERRULING*** ..... ***1031***
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 1035
7. REFERÊNCIAS ..... 1036

**Capítulo 5 ► O Novo Código de Processo Civil e a modulação de efeitos de decisões sobre a inconstitucionalidade de normas: derrogação tácita do artigo 27 da Lei 9.868/1999? ..... 1039**
*Pedro José Costa Melo*

1. INTRODUÇÃO ..... 1039
2. APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE REFERÊNCIA ADOTADO ..... 1041
3. A NORMA CONSTRUÍDA A PARTIR DO ARTIGO 27 DA LEI 9.868/1999 ..... 1043
4. DA OBJETIVAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE À CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES ..... 1050
5. A NORMA INTRODUZIDA COM O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ..... 1056
6. A INTERAÇÃO ENTRE AS NORMAS CONSTRUÍDAS A PARTIR DO §3º DO ARTIGO 927 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E DO ARTIGO 27 DA LEI 9.868/1999 ..... 1059
7. CONCLUSÃO ..... 1061
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 1063

## PARTE IX
## IMPACTOS DO NCPC

**Capítulo 1 ► Os impactos do Novo CPC nos Juizados Especiais ..... 1067**
*Felippe Borring Rocha*

1. INTRODUÇÃO ..... 1067
2. AS ALTERAÇÕES NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ..... 1068
3. A SUBMISSÃO AOS EFEITOS DO JULGAMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS ..... 1070
4. A PREVISÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ..... 1070
5. A MANUTENÇÃO DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RITO SUMÁRIO ..... 1071

6. A INSERÇÃO DA MEDIAÇÃO NA ESTRUTURA AUTOCOMPOSITIVA DOS JUIZADOS ..... 1072
7. A ALTERAÇÃO DO PROCESSAMENTO DO "RECURSO INOMINADO" ..... 1072
8. A POSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO INSUFICIENTE ..... 1074
9. A CONSOLIDAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO ..... 1075
10. A SUSPENSÃO DOS PROCESSOS EM CURSO NOS JUIZADOS EM RAZÃO DA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS REPETITIVOS ..... 1077
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 1077
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 1077

**Capítulo 2 ► Fazenda Pública em juízo ..... 1079**
*Marco Aurélio Ventura Peixoto*

1. INTRODUÇÃO ..... 1079
2. O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: RUPTURA OU CONTINUIDADE? ..... 1080
3. A FAZENDA PÚBLICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 1085
   3.1. JUSTIFICATIVAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA A ATUAÇÃO EM JUÍZO ..... 1089
   3.2. POSITIVAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA NO NOVO CPC ..... 1091
   3.3. A RESPONSABILIZAÇÃO DO ADVOGADO PÚBLICO POR DESCUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS ..... 1091
   3.4. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NAS DEMANDAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E SUCUMBÊNCIA RECURSAL PROGRESSIVA ..... 1093
   3.5. PRERROGATIVAS DE PRAZOS PARA MANIFESTAÇÕES DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO ..... 1095
   3.6. A SUBSTANCIAL ALTERAÇÃO NA REMESSA NECESSÁRIA ..... 1096
   3.7. ISENÇÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS E DO PREPARO RECURSAL ..... 1098
   3.8. OS RISCOS DECORRENTES DA EFICÁCIA IMEDIATA DAS DECISÕES ..... 1098
   3.9. IMPOSIÇÃO DE MULTA À FAZENDA PÚBLICA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ..... 1100
   3.10. A FAZENDA PÚBLICA E A CULTURA DE AUTOCOMPOSIÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..... 1101
   3.11. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA ..... 1103
   3.12. ATUAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS ..... 1104
4. CONCLUSÃO ..... 1106
5. BIBLIOGRAFIA ..... 1107

**Capítulo 3 ► Diálogos entre o Novo Código de Processo Civil e o Microssistema Brasileiro de Tutela Coletiva ..... 1109**
*Rogério Rudiniki Neto*

1. A RELAÇÃO ENTRE O MICROSSISTEMA BRASILEIRO DE TUTELA COLETIVA E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS ..... 1109
2. OS PROCESSOS COLETIVOS ESTÃO SUBMETIDOS À REGRA DO "JULGAMENTO CONFORME A ORDEM DE CONCLUSÃO" (ART. 12)? ..... 1111

3. O "INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS" "IRDR" (ARTS. 976- 987) TOMARÁ O ESPAÇO OCUPADO PELA TUTELA COLETIVA? ..... 1112
4. CRÍTICAS AO NATIMORTO "INCIDENTE DE CONVERSÃO DE AÇÃO INDIVIDUAL EM COLETIVA" (ART. 333) ..... 1114
5. A "DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA" (ART. 373, §1.º) E A TUTELA COLETIVA ..... 1118
6. A "INTERVENÇÃO DO AMICUS CURIAE" (ART. 138) NO PROCESSO COLETIVO ..... 1119
7. OS "PODERES DO JUIZ" (ART. 139, IV) E O EMPREGO DE MEDIDAS INDUTIVAS, COERCITIVAS E MANDAMENTAIS NA EXECUÇÃO DA SENTENÇA COLETIVA NOS DIREITOS INDIVIDUAIS E HOMOGÊNEOS ..... 1121
8. OS "NEGÓCIOS PROCESSUAIS" (ART. 190) E A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM JUÍZO ..... 1124
CONCLUSÃO ..... 1130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 1131

**Capítulo 4 ► Os impactos do NCPC na arbitragem em consonância com a Lei n. 13.129 de 2015 ..... 1133**
*Thiago Rodovalho*

1. INTRODUÇÃO ..... 1133
2. PRINCIPAIS INOVAÇÕES DO NCPC RELATIVAS À ARBITRAGEM. ..... 1136
2.1. ARBITRAGEM COMO JURISDIÇÃO E ESTÍMULO A OUTROS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS (ENTRE ELES, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM). ..... 1136
2.2. NÃO-ALEGAÇÃO DE CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM E RENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO E AGRAVO DE INSTRUMENTO. EFEITO DO RECURSO DE APELAÇÃO ..... 1138
2.3. SEGREDO DE JUSTIÇA DA ARBITRAGEM NO NCPC ..... 1139
2.4. A RELAÇÃO DE COOPERAÇÃO ENTRE PODER JUDICIÁRIO E A ARBITRAGEM (CARTA ARBITRAL) ..... 1141
2.5. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL ..... 1145
2.6. RECONHECIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DE ***EXEQUATUR*** À CARTA ROGATÓRIA ..... 1146
2.7. ALTERAÇÃO DA LARB 33 §3.º ..... 1149
3. CONCLUSÃO ..... 1150
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 1150